

Dinâmicas históricas na apropriação de um lugar: o caso da cidade brasileira de Itaúna

Talita Alves Morais e Rabelo morais.talita@hotmail.com

Dr. Savio Tadeu Guimaraes savio.guimaraes@ceub.edu.br

RESUMO

Este trabalho apresenta como objeto de estudo a relação entre momentos e passagens históricas locais com sua arquitetura, descrevendo como esse vínculo influenciou o planejamento urbano. Por meio dessa relação, percebeu-se como os patrimônios material e imaterial foram decisivos para a criação de áreas de diretrizes especiais, exemplificado pelo estudo de caso na cidade brasileira de Itaúna, na qual um momento histórico identificado como gatilho de modificação do uso e da ocupação do espaço urbano e, que pode promover tanto a valorização como a depreciação imobiliária nas regiões onde se desencadeiam. A pesquisa evidenciou o patrimônio histórico como parte da produção cultural do homem, com reflexo na arquitetura e no urbanismo. Como objetivo buscou-se entender como as dimensões patrimonial, cultural, simbólica e geográfica afetaram aspectos de desenvolvimento e configuração urbana e, compreender o processo de constituição dos elementos do espaço que colaboram no entendimento da ação humana sobre o território.

Palavras-chave: planejamento urbano; patrimônio cultural; estigmas sociais; Itaúna; Minas Gerais.

Abstract

This paper presents as an object of study the relationship between local historical moments and passages with its architecture, describing how this link influenced urban planning. Through this relationship, it was noticed how material and immaterial heritage were decisive for the creation of areas of special guidelines, exemplified by the case study in the Brazilian city of Itaúna, in which a historical moment identified as a trigger for modification of the use and occupation of urban space and, which can promote both the valuation and the depreciation of real estate in the regions where they are triggered. The research evidenced the historical patrimony as part of the cultural production of the man, with reflection in the architecture and in the urbanism. The objective was to understand how the patrimonial, cultural, symbolic and geographic dimensions affected aspects of urban development and configuration, and to understand the process of constitution of space elements that collaborate in the understanding of human action on the territory.

Keywords: urban planning; cultural heritage; social stigmas; Itaúna; Minas Gerais.

Introdução

O caráter diversificado da cidade, multifacetado, exige conhecimento

multidisciplinar para seu efetivo planejamento, como o estudo e o entendimento de várias frentes, não apenas físicas, brutas e primitivas, mas também sociológicas, antropológicas e comportamentais.

Santos (2002) destaca que a natureza do espaço geográfico é um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ação. Não obstante, outros estudiosos, como Lefebvre (1996), defendiam que o espaço social é diferente do espaço geográfico. Porém, é fundamental observar o espaço como uma totalidade resultante de um complexo entrelaçamento do concreto e do abstrato.

Por meio dessa relação, investigamos, recorrendo à análise de documentos históricos, à observação de campo e ao estudo documental, quão relevante foi a existência de um patrimônio material e imaterial na criação de áreas de diretrizes especiais que tiveram seu uso modificado ao longo do tempo, bem como a respectiva ocupação, e, até mesmo, que sofreram alterações quanto à sua valorização e depreciação imobiliária.

No estudo de caso presente neste trabalho, observou-se que a alteração de oragos (santo padroeiro de uma igreja), de maneira interesseira e elitizada, mudou a sistemática da cidade e a polarização, transformando uma área sacra (a parte alta da centralidade) em uma área profana, desde os usos às nomeações. Em contraponto, a parte baixa da cidade se transformou na área nobre.

Os resultados obtidos a partir da metodologia proposta permitiram identificar os elementos morfológicos urbanos responsáveis por alterações na paisagem construída que causaram significativas mudanças no cenário da cidade, podendo ser aplicados a outras configurações urbanas, e até mesmo de forma simbólica e estigmatizada do espaço.

O estudo apresenta uma abordagem quanti e qualitativa; assim, compreendeu-se como as dimensões patrimonial e cultural afetam aspectos de desenvolvimento e configuração urbana.

Fenômenos urbanos e a historicidade

Fenômenos urbanos podem ser melhor compreendidos a partir de estudos dos perfis social e cultural do lugar e suas conseqüentes implicações. De fato, consoante apresentado na introdução do presente estudo, o caráter diversificado da cidade exige conhecimento multidisciplinar para um efetivo planejamento, como: o estudo e

o entendimento de várias frentes, não apenas de sua dimensão material, mas também daquelas das quais podemos nos aproximar mediante percepções sociológicas, antropológicas, comportamentais e históricas.

Santos (2002) destaca que a natureza do espaço geográfico é um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ação, enquanto outros estudiosos, como Lefebvre (2003), defendiam que o espaço social é diferente do geográfico. Logo, observar o espaço como uma totalidade resultante de um complexo entrelaçamento do concreto e do abstrato é fundamental para entendimento da cidade.

O espaço social é formado por diversos grupos, sendo que, em situações diversas, alguns destes se tornam alvo de exclusão social por apresentarem alguma particularidade que os diferenciam de outros em alguns aspectos, deixando-os à margem da sociedade.

Em outras palavras, os estigmas reduzem o indivíduo não apenas de maneira pontual, mas atingindo grandes grupos e até mesmo a localidade em que estes estão inseridos. Estigma social é definido enquanto traço ou sinal que designa o indivíduo como indigno ou sem relevância. Essa percepção é afirmada por Goffman (1988), que define como a situação do cidadão que está inabilitado para aceitação social plena. A própria sociedade determina maneiras de caracterizar pessoas e os atributos considerados como “usuais” e “típicos” para cada uma dessas categorias criadas.

Holanda (2002) preconizou a relação entre seres humanos e arquitetura, defendendo que esta deveria ser vista como uma ciência sobre práticas humanas. O autor ainda observou novos aspectos para a arquitetura, frutos da relação do homem com o espaço, como bem explanou sobre aspectos sociológicos, em que a sua configuração torna o lugar desejável – ou não – para um grupo de indivíduos (usuários). Ademais, explicou sobre os aspectos afetivos, oferecendo ao espaço uma personalidade afetiva desejável, em que sua arquitetura afetasse o estado emocional das pessoas.

Bauman (2012) disserta que, por meio da bandeira iluminista, a cultura era percebida como um proselitismo das classes mais instruídas, de forma que essas pessoas assumiram para si a tarefa de capacitar os menos favorecidos com um tipo de maestria que deveria ser alcançado por todos.

Contudo, esse parâmetro de cultura única não incorpora a diversidade,

categorizando a pluralidade da expressão humana e apresentando certa indiferença ao diferente. Assim, ao que não era visto como cultura pela classe dominante era dado a condição de vulgar, criando uma escusa que fundamentaria privações sociais de alguns grupos.

Ademais, esta molda a maneira como as pessoas agem e, portanto, tem um impacto direto em como elas experimentam o espaço, transformando as cidades em espaços sociais dinâmicos, dos quais pessoas de todas as esferas se reúnem.

Gehl (2015) estabelece o encadeamento entre a forma física e a vivência humana nas metrópoles, em que seus residentes se tornam mais ativos e engajados em planificar exigências por um urbanismo pensado e voltado para os cidadãos, em virtude que, independentemente da localização, da economia e dos demais dados censitários, grande parcela dos usuários do espaço urbano são negligenciadas e apartadas no momento que se estabelecem diretrizes ou interferências no espaço coletivo.

Outrossim, a cultura age como um transcurso contínuo em que a interação social entre os indivíduos produz a conciliação entre conhecimento e prática. Esse processo é permeado pela linguagem, para que esta possa ser transmitida e difundida entre gerações; logo, ela pode ser entendida como um heteróclito de todos. A construção cultural não é apenas portadora e divulgadora, mas também produtora da própria cultura e identidade:

As culturas são sempre práticas interpelantes [...]. A construção de novos sentidos simbólicos é um processo análogo ao da tradução, prática que reproduz de 'modo traiçoeiro e deslocante', como diria Hommi Bhabba, um texto original e que, ao fazê-lo transforma o ponto de partida em algo que nunca se completa. (ARANTES, 2000, p. 142).

Choay (1999) constrói o pensamento acerca do patrimônio urbano em três pilares fundamentais: o memorial, o histórico e o historial. O eixo memorial é formado pela ideia de inserção da cidade em uma perspectiva histórica. O eixo histórico trata da proximidade e dependência entre a cidade pré-industrial e a cidade pós-industrial, em que a primeira se limita ao passado e a segunda se insere em um contexto de positividade. Já o terceiro, o eixo historial, entende que o Urbanismo passa a ser mais que uma ciência que analisa apenas o espaço para ser aquela que também considera questões territoriais.

Havendo percebido todas as facetas e sentidos múltiplos que agregam e enriquecem o conceito de "patrimônio", é possível observar como a definição de

nacionalidade e memória coletiva está alinhada à historicidade da sociedade, acompanhando as sucessivas transformações e evoluções, a formação da cidadania e da maneira de viver e ocupar os espaços.

O não pertencimento e entendimento de determinado grupo inserido no lugar acontece quando o corpo social é carente de cidadania, em seu amplo entendimento, em que a formação, instrução e participação múltiplas na construção cultural e política de um espaço coletivo e de um tempo são ausentes, de forma que a história não ocupa seu papel formador de identidades.

Segundo Paoli (1992), é necessário fazer com que a produção reflita sobre as necessidades dos cidadãos de forma que incida na passagem pela história e na política de preservação e construção do passado pela peneira de sua significação coletiva e plural.

Em geral, os espaços urbanos são lugares dentro dos limites da cidade, destinados ao uso comum de todos que passam por ali, devendo ser utilizados para o lazer, incentivando a interação, a circulação, o bom convívio e as mais diversas opções de contato.

É nesse processo que a cultura e os costumes de um povo são identificados, não apenas como forma simbólica, mas como um elemento real e importante para a cidadania, que é a identificação da identidade de cada pessoa e parte do processo de personalidade, visto que parte de quem se é está no ambiente, em que tudo é penetrante e está sempre em movimento.

Portanto, um planejamento sistêmico, em que a maneira de viver do cidadão é o próprio processo, é aquele que permite revisões, uma vez que, conforme dito anteriormente, a cidade funciona como um organismo vivo e em constante evolução. Aqui o indivíduo é visto como peça fundamental no processo, recebendo um novo olhar sobre ele, visto que a cidade é feita para os cidadãos. Por fim, ele permite um espaço que integre as pessoas à vida coletiva e que respeita sua individualidade.

Centralidades e suas polaridades em Itaúna, Minas Gerais - Brasil

A população da cidade de Itaúna tem em torno de 85.000 habitantes, sendo que a urbana corresponde a 93,80%, e a rural a 6,20%. As estatísticas revelam que a população urbana tem apresentado um crescimento entre 1,5 e 2% a cada ano, enquanto a rural se estagnou. Tal fato desencadeia o crescimento urbano do município, assim como o surgimento de novos loteamentos e a extinção de edifícios

de relevância ao patrimônio cultural, estes que cederão lugar a novas edificações, muitas vezes verticalizadas.

O setor econômico do município é caracterizado pelas indústrias (têxteis, de extração mineral, metalúrgicas, de transformação) e, mais recentemente, pelo comércio, movimentado por estudantes que, temporariamente, moram na cidade para concluírem o curso superior na Universidade de Itaúna, ou ingressarem em um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) –considerado uma das melhores escolas do Brasil. Há de se destacar a qualidade da educação em todos os níveis de ensino, o que também atrai cada vez mais estudantes para a cidade, rendendo-lhe o título de “Cidade Educativa”, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹.

O povoado de Santana de São João Acima surgiu ao redor da capela de Santana, aglutinando os agricultores, pecuaristas e os poucos mineiros espalhados por toda a região.

Segundo informações do bispo, a capela do Morro do Rosário, construída nos primeiros anos da ocupação, localizava-se próximo ao rio São João. Esta foi construída no alto do morro, onde se localizavam seis casas, para que pudesse ser ampliada, e a população vivia perto do rio São João, visto que o local era mais favorável para o desenvolvimento devido à sua proximidade com o rio.

Figura 1 - Igreja do Rosário – Alto do Rosário – 2021



Fonte: Acervo particular.

¹ Título reconhecido em 1971, em Paris (França), entregue à cidade pela Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Educação, mais conhecida por Comissão Faure (CARVALHO, 2001).

Essas edificações datadas da década de 1960, já em situação de ruínas, na antiga Rua Direita, no início da subida da Colina do Rosário, a partir de 1964 foram sendo progressivamente substituídas, inclusive para a construção de aparelhos educacionais (SOUZA, 1986, p. 93), como o Grupo Escolar “João Dornas Filho”, a Escola do Serviço Social da Indústria (SESI) “Dr. Dario Gonçalves de Souza” e a Escola de Fundação “Marcelino Corradi”, construídas nas décadas de 1960 e 1970 na atual Rua Getúlio Vargas.

Conforme o historiador itaunense João Dornas Filho (1936), as festividades do Reinado em Itaúna tiveram origem no ano de 1853, quando houve a troca das Imagens de Senhora Santana e de Nossa Senhora do Rosário das Igrejas às quais pertenciam. A imagem de Senhora Santana foi transferida para uma igreja (demolida no ano de 1934) construída pelos escravos, que se localizava onde hoje se encontra a atual Matriz de Santana.

Já a imagem de Nossa Senhora do Rosário foi transferida para a igreja conhecida, atualmente, como Igreja de Nossa Senhora do Rosário (antes era chamada Igreja de Senhora Santana, que foi construída pelos portugueses no ano de 1750). Ao aceitarem a troca, os pretos conduziram a imagem de Nossa Senhora do Rosário para a Igreja do alto do Morro do Rosário, cantando e tocando caixas.

João Dornas Filho (1936, p. 68) assim descreve o Reinado: "Consistia esta festa, meio pagã, meio religiosa, que realizava a 15 de agosto, em danças e cantos africanos acompanhados de caixas, xique-xiques, caxambus, violas e sanfonas, adufes etc."

De acordo com Dornas Filho (1936), foram usadas roupas coloridas, decoradas com fitas coloridas, espelhos, vidros e marchavam até a residência do rei do partido, que era escolhido anualmente, enquanto acompanhados por uma bandeira com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que acreditavam proteger os peregrinos.

A ampliação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sendo agora a nova Igreja Matriz de Santana, contou com a colaboração dos fazendeiros Sargento-Mor Nicolau Coelho Duarte, Tenente Coronel Antônio Lopes Cançado, Guarda-Mor Antônio de Sousa Moreira, Tenente José Ribeiro Azambuja, Sargento-Mor Manoel Gonçalves Cançado e outros.

No entanto, o que parecia ser um sinal de desprendimento de todos em favor da coletividade, camuflava, na verdade, interesses pessoais. Cada fazendeiro

desejava que a porta do novo templo fosse voltada para o lado de sua fazenda e, diante desse impasse, as obras foram paralisadas.

A solução encontrada pelo Padre João Batista foi definir que a porta seria voltada para o lado do fazendeiro que mais doasse donativos para as obras. A inusitada concorrência foi vencida pela família Coelho Duarte, que doou madeira, 15 escravos, entre eles pedreiros² e carpinteiros, e mais 200 mil réis em dinheiro.

Em 1875, sob o comando do vigário Antônio Campos, a igreja foi concluída. No século XX, a Matriz sofreu novas intervenções, em 1916 sob o comando do Padre João Ferreira Alvares, e em 1926 foram realizadas obras pelo vigário Cornélio Pinto da Fonseca. Em 1934, em nome do progresso, a igreja foi demolida para dar lugar a um novo e mais amplo templo.

Figura 3 - Antiga Igreja do Rosário – demolida para a construção da nova Igreja de Nossa Senhora do Santana



Fonte: Arquivo Público Municipal (1920).

O padre Ignácio Campos, junto com a comunidade, decidiu pela demolição da antiga igreja, então em precário estado de conservação, alegando ser a melhor escolha construir uma nova casa religiosa ao invés de restaurar um antigo templo construído pelos antepassados.

Figura 4: Igreja Nossa Senhora de Santana – 1938

² O jornalista e escritor Laurentino Gomes (2019), em sua festejada obra "Escravidão", descreve o que o historiador Ronaldo Vainfas chamou de "moral cristã da escravidão" e de "projeto escravista dos religiosos".



Fonte: acervo Paróquia de Santana (1938).

A construção da nova Igreja teve como ponto de partida não apenas a religiosidade, mas também toda simbologia e imponência que a classe dominante da nova cidade representava na edificação.

A área central da cidade foi, então, transferida para a área plana, que se tornou a Praça da Matriz, Igreja Nova de Nossa Senhora de Santana, por razões econômicas, privilegiando as classes mais abastecidas. Todo o investimento da cidade voltou-se para essa área.

Outrossim, foi construída, na época, a rodoviária da cidade, permitindo o desenvolvimento do comércio e de toda a infraestrutura viária e urbana. Já a região do Alto do Rosário, que foi o berço da cidade de Itaúna, foi esquecida e passou a ser conhecida, de maneira pejorativa, como “a região dos negros”.

A rua principal, que dá acesso ao Alto do Rosário e que era antes conhecida como Rua Direita, foi popularmente batizada como Rua da Zona, pois, ao longo dos anos, foi se tornando uma área de marginalização, bordéis e pontos de venda de drogas. Uma pequena praça que delimitava o encontro da antiga Rua Direita com os acessos para a nova Praça da Matriz ficou popularmente conhecida como Praça do Capeta.

A Praça Dr. Augusto Gonçalves é a referência urbana mais significativa de Itaúna. Ela serve como centro religioso, político e comercial da cidade, abrigando as principais instituições, serviços e lojas municipais e as financeiras da cidade. Além disso, as estradas convergem sobre a cidade, tornando-a um importante lugar de sociabilidade, bem como uma área de passagem obrigatória para quem se desloca

através da malha urbana.

A alta torre da Matriz, que antes reinava absoluta nas visadas direcionadas para a praça, hoje perdeu escala, escondida pelos altos prédios construídos no centro de Itaúna. A tendência ao adensamento, à verticalização e à substituição do uso residencial, predominante por serviços como consultórios, escritórios de contabilidade ou advocacia, compromete a integridade dessa arquitetura remanescente. Ademais, a via é plana, asfaltada, arborizada e servida de todos os equipamentos e mobiliários urbanos.

O processo histórico, todavia, não está presente apenas na literatura, mas também faz parte do cotidiano dos itaunenses. A história da comunidade, aliada a interesses individuais regidos pelo poderio econômico, mudou a polaridade de toda a cidade, criando uma área de marginalização ao confinar toda um espaço a uma situação social inferior, renegando a seus habitantes acessos e condições mínimas de civilidade.

A partir de um momento histórico, todo o planejamento urbano da metrópole foi redefinido, fadando toda uma região, até então promissora, ao descaso, além de criar um abismo social entre ela e as áreas próximas.

4 ANÁLISE

Por meio de visitas de campo, observamos que o quadro construído muda inteiramente, em que fica perceptível os traços da urbanização, que cresce e desvaloriza o imóvel e a localidade. Contudo, não há indícios de transbordo crônico, o que indica uma boa política de resíduos na esfera municipal, sendo, inclusive, premiada e escolhida como referência no Estado de Minas Gerais – resultado inesperado da parte dos pesquisadores. Neste aspecto, a população está protegida.

Durante as visitas de campo, realizou-se um apanhado de entrevistas com o intuito de diversificar a idade, o sexo, a condição social, a profissão e a escolaridade dos entrevistados.

Assim, no período de 01 de maio a 16 de junho de 2022, foram realizadas entrevistas com o objetivo de identificar a percepção dos cidadãos de Itaúna sobre a história e a identidade das suas áreas na centralidade da cidade. Foram entrevistados 10 moradores da área do Alto do Rosário e 10 moradores da área da Praça da Matriz.

As entrevistas aconteceram de maneira presencial, na casa de cada morador.

O compartilhamento do conhecimento desses indivíduos foi fundamental para a consolidação do entendimento e a percepção do estudo de caso. Os relatos sobre o cotidiano desses moradores permearam lembranças passadas e recentes, de modo que interpretações do espaço misturavam esses dois momentos, criando dinâmicas socioespaciais.

A vegetação que compõe a paisagem urbana é um dos componentes bióticos mais importantes das cidades. Entende-se como arborização urbana toda vegetação e área verde, como parques e praças das vias públicas. A arborização é um critério importante para melhorar o bioclima local, proporcionando umidade, sombreamento, isolamento térmico e até mesmo acústico, pelo abafamento causado pelas copas das árvores.

As árvores plantadas de forma linear nas calçadas e nas avenidas fazem parte do plano de arborização de vias públicas. Mesmo sendo a vegetação das vias o elo mais próximo entre a natureza e a população que faz proveito desses espaços, ela é, por diversas vezes, negligenciada no planejamento dos órgãos públicos e esquecida pela falta de conscientização ambiental.

Nas ruas visitadas, observamos que na região do Alto do Rosário não existe arborização urbana. Questionando os entrevistados sobre a ausência de arborização, poucos notaram a ausência. Mesmo assim, faziam relação direta de plantas e arbustos com criminalidade e uso de drogas.

“Não pode ter planta alta, que cresce muito. Vou ligar pra prefeitura vir podar. Eles ficam atrás dos arbustos. Eu morro de medo. Eles ficam ali atrás fumando droga. E ainda passam e desejam boa noite, bom dia. Nunca faltaram com respeito. Nunca me chamaram fora de hora.” (Entrevistado 17)

Estudando a área baixa da cidade, a região da Praça da Matriz, observa-se uma grande riqueza em vegetação, sendo está uma das mais arborizadas de todo o perímetro urbano da cidade.

Multifuncionalidade é uma característica recente dos espaços públicos. Uma praça não é mais apenas uma área pública dedicada exclusivamente para o relaxamento, entretenimento ou a socialização. Pelo contrário, tornou-se uma área adequada para qualquer atividade, seja comercial ou não, adequada para todos os grupos sociais.

Em visita de campo às regiões em estudo, observamos que os espaços públicos das Igrejas são muito divergentes. Na Praça da Igreja da Matriz de Santana, a pavimentação é de tijolos intertravados, e o traçado dos jardins, além de

protegido pelo decreto de tombamento e pelo Plano Diretor, possui ainda manutenção periódica, iluminação, projeto de paisagismo, captação de água e reuso. Além disso, possui fonte luminosa, mobiliário urbano, como bancos, lixeiras, estações de jogos de cartas e dama, banca de revistas, entre outros.

Já na área do Largo da Igreja do Rosário, em frente não existe nenhuma praça, apenas um cruzeiro sem paisagismo, iluminação ou mobiliário urbano. O conjunto urbanístico das duas regiões é tombado por decreto e reconhecido a nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA)/MG, porém, as qualificações e destinações são destoantes.

À medida que a entrevista abarcava questões do cotidiano e as atividades que envolvem as duas regiões em estudo, os entrevistados conduziram narrativas com grande pluralidade, mas que evidenciam questões socioeconômicas, como a origem dos sujeitos de cada espaço, como codinomes, apelidos para os espaços mais marginalizados, no caso exclusivamente a região do Alto do Rosário.

“Na minha infância a gente vivia ali, brincando a sombra do cruzeiro, enorme cruzeiro de madeira que ainda existe, em frente à Igreja, hoje Igreja do Rosário. E ali a gente assistia e participava com muita alegria das festas do Reinado, que é Congado de Itaúna. Uma festa muito antiga com muitas histórias. Ali em frente à Igreja era o início ou talvez o final da zona boêmia. Havia uma casa de prostituição que era chamado carinhosamente pelo povo de Cantinho do Céu, porque ficava lá no alto, em frente à Igreja do Rosário.” (Entrevistado 2)

Espaços públicos eram reconhecidos tanto pelos moradores da área como da região vizinha, como “Coreia”, “Zona”, “Laje”, “Praça do Capeta”. As relações socioeconômicas e os estigmas espaciais manifestados nas entrevistas ao relatarem sobre suas próprias vidas e sobre as práticas sociais de outros grupos, seja quando se remetem ao passado, seja quando descrevem o cotidiano atual.

“Ali pra baixo, em toda a extensão da Rua Gonçalves da Guia, era a zona de meretrícia, o Coreia. Era chamada de Coreia porque era um lugar de muita briga, confusão. Então o povo começou a chamar de Coréia, por conta da Guerra das Coreias, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul. A rádio patrulha da polícia militar estava sempre por lá, para conter as brigas, os desordeiros, ameaçar algum mais revoltado ou mais embriagado. A vida era um pouco assim. E nós meninos que morávamos nas imediações, acabávamos passando ali o tempo todo. Para comprar as coisas, ir às vendas, que ficavam na parte baixa, ali na boca da Coreia, na Zona da Praça do Capeta, ou pra trabalhar.” (Entrevistado 3)

Durante as entrevistas, seja por relato de qualquer um dos entrevistados, em ambas as regiões, o encantamento pela região baixa, a área da Praça da Matriz era representada em diferentes cortes temporais.

Em todas as entrevistas, observamos relatos de experiências em diversos

momentos, alguns com certa nostalgia, mas com grande alegria pelo que foi vivido na região da Praça da Matriz.

A acessibilidade proporciona uma sociedade mais igualitária. Proporcionar a transição de todas as pessoas, projetando para as mais diversas necessidades dos usuários. É garantia que pessoas de todas as idades, mobilidade reduzida, necessidades especiais tenham seu direito de ir e vir assegurados sem oferecer riscos à sua segurança e integridade física.

Barreiras arquitetônicas, relevo, falta de manutenção ou até mesmo completa ausência de calçadas acabam excluindo ou limitando o convívio em sociedade de uma parcela da sociedade.

As calçadas que atendam às necessidades do planejamento urbano, com implantação de projetos de infraestruturas para pedestres são exemplos reais da implantação correta dos elementos que favorecem o caminhar, o viver a cidade de maneira segura e convidativa.

JACOBS (2009, p. 22) trata da importância das calçadas e apesar de essencial para a vida nas cidades é por muitas vezes negligenciada:

“A calçada por si só não é nada. É uma abstração. Ela só significa alguma coisa junto com os edifícios e os outros usos limítrofes a ela ou a calçadas próximas. Pode-se dizer o mesmo das ruas, no sentido de servirem a outros fins, além de suportar o trânsito sobre rodas em seu leito. As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona.”

Quanto mais as pessoas ficam temerosas em usar a rua, mais fortificado se torna a insegurança do espaço. É necessário aumentar o fluxo de pessoas, em horários diversos para revitalizar o espaço e assim aumentar a segurança.

Uma escadaria foi construída pelos próprios moradores para acesso à área mais alta, em frente à Igreja do Rosário. Essa escadaria tem sua manutenção pelos moradores, e usada para diminuir as distâncias e vencer o relevo.

Não existe ciclovia e nenhum tipo de proteção entre o pedestre e o trânsito, em nenhuma das duas regiões. As pessoas ocupando os espaços públicos, movimentando as calçadas é um ponto já bem estudado na prevenção de crimes.

A segurança pública trata de diversos dispositivos e de providências para

garantir à população potenciais danos e riscos à vida e ao patrimônio. Processos políticos e jurídicos destinados à garantia de ordem pública e a convivência pacífica na vida em sociedade fazem parte do espectro da segurança pública.

A segurança urbana é tema recorrente em estudos de urbanismo. A violência e criminalidade tem alterado o tecido urbano em diversos centros urbanos. Como dito no tópico anterior sobre acessibilidade, o movimento das pessoas nos espaços funciona como olhos e controle, porém as pessoas só utilizam o espaço quando se sentem seguras para fazê-lo.

Na região da Praça da Matriz existe uma delegacia da polícia militar, além de postos de policiamento fixo quanto móveis. Já na região do alto do Rosário, a região é fiscalizada por traficantes.

Segundo dados da polícia militar, a região é considerada Zona quente, que é a denominação utilizada para regiões com altos índices de criminalidade. Zonas Quentes ou “hot spots” fazem parte do levantamento de dados para elaboração de um planejamento de políticas de segurança pública. A identificação dessas áreas, permite nortear a utilização de recursos públicos para conter a criminalidade - patrulhamento, câmeras de segurança, programas sociais preventivos.

Existem edificações abandonadas, que são ocupadas por usuários de entorpecentes. O trânsito na escadaria é fiscalizado por traficantes, que acompanha quem sobe e quem desce na região, principalmente quando são pessoas que não pertencem à comunidade.

A maioria dos entrevistados moradores do alto do Rosário, apresentam histórias similares ao preconceito sofrido em diversas situações quando informavam seus endereços. Da mesma maneira, os moradores da parte baixa, na região da Praça da Matriz, apresentavam, de maneira sutil, um receio com os moradores da parte alta da cidade.

“Tem 74 anos que moro aqui, no mesmo endereço, nasci aqui. Quando eu era criança, eu ia comprar coisas no mercado para essas “moças” pra ganhar uns trocados. Elas não eram muito bem recebidas. Então pagavam a gente. Quando eu começava a namorar com alguém, até eu contar que eu morava aqui. Eu mentia, falava que morava na Rua Cel. Laurindo de Faria. Senão não arrumava namorada, metia o pé na bunda. Pra subir essa rua aqui, as mães falavam para não olhar pra dentro. Fechavam o portão e mandavam ficar fechado dentro de casa. O Cici era todo fechado, esse cabaré era mais reservado. Os outros cabarés as moças ficavam no alpendre.” (Entrevistado 4)

Percebe-se pelos relatos uma discriminação e em alguns momentos o entrevistado procura propulsionar tanto a imagem positiva de as áreas, mas também

evidenciar o contraste com sua envolvente urbana próxima. Os principais problemas referidos pela população são o mau ambiente, droga, falta de segurança e má vizinhança, além de uma manifesta insatisfação com as sociabilidades perdidas dentro da própria área, como a área vizinha.

Com relatos desde o uso de materiais desvalorizados, escassez (ou total ausência) de espaços públicos e de qualquer tipo de equipamento urbano. O Alto do Rosário foi negligenciado e ocupado sem arranjo em seus espaços exteriores, tornando o espaço estigmatizado, e assim segregado de serviços e de comunidade urbana. Essa ausência de investimento, de políticas públicas, urbanidades tendenciam a perpetuação da estigmatização existente mesmo se passando tantos séculos do momento histórico que mudou a polaridade da região.

4 CONCLUSÃO

Visto que o objetivo principal deste trabalho foi estabelecer relações entre o momento histórico do lugar estudado e suas dimensões funcionais, econômicas e sociais, buscou-se, por meio da pesquisa de algumas variáveis que interferem no retrato morfológico e social de setores urbanos, a comparação entre localidades próximas de uma mesma cidade, distantes apenas três quilômetros, mas que possuem desempenhos e características físico-funcionais distintas; desta maneira, consideramos ter alcançado o objetivo traçado pois a condução da pesquisa nos permite considerar que o momento histórico de 1853, em que ocorreu a troca dos oragos das Igrejas foi determinante para a configuração urbana da cidade.

O ponto chave consistiu no estabelecimento de relações entre fatos histórico-culturais e alterações urbanas no tecido das cidades. O evento histórico da alteração de oragos que, de maneira elitista, mudou a sistemática da cidade, alterou também a polarização e transformou uma área sacra em uma área profana, desde os usos até as nomeações. Em contraponto, transformou a parte baixa da cidade em área nobre. O estudo, então, exemplifica essas duas áreas de diretrizes especiais na cidade de Itaúna, em Minas Gerais, os eixos norteadores da presente pesquisa.

Por meio da metodologia utilizada (análise histórica, pesquisas documental e bibliográfica, visita de campo e entrevistas), concluiu-se que, nos tópicos em estudo, foi significativa para que houvesse essa polarização e segregação das áreas (mudança de *status* e da paisagem) o momento histórico da troca de oragos, em

1853.

Este trabalho verificou a hipótese de que o componente histórico tem um peso considerável, visto que foi responsável por fazer com que duas áreas tão próximas na mesma cidade fossem segregadas, sendo a área da Igreja do Rosário um local de baixa qualidade de vida, marginalizada. Com a análise, observa-se ainda a importância das políticas públicas para a alteração deste quadro, já que há apenas a requalificação de áreas já qualificadas.

Como resultado, tem-se um quadro construído de uma cidade periférica em área central, cujos atributos do terreno natural e posição no sítio geográfico não foram capazes de mudar a qualidade do assentamento. Além disso, disseminam imaginários carregados de medo e preconceito ao estigmatizarem áreas como cenários perigosos, promíscuos, profanos, mundanos e incertos - enfatizando partes de uma história, exagerando outras, esquecendo ou silenciando outras, sob a conveniência de poucos.

Existe, assim, a necessidade de trazer políticas que busquem a acessibilidade, a instalação de equipamentos e a recuperação de espaços públicos nas áreas carentes, além de implementar ações sociais e culturais de caráter educativo que visem mitigar o estigma social gerado historicamente em uma das áreas da cidade aqui abordada.

Não percebemos, na pesquisa documental e na análise do sítio, qualquer tentativa do poder público para minimizar os impactos consequentes da história e da cultura, fadando os moradores a conviverem com o reforço das ações governamentais sem que busquem corrigir essas distorções. Sabe-se que o cenário empobrecido da parte alta enaltece e reforça a riqueza do bairro mais nobre, tornando, assim, esse paradoxo necessário e necessário que seja mantido pelas elites.

Várias são as alternativas para este fim, como a construção de equipamentos públicos, projetos de acessibilidade, investimento de iluminação pública regularização fundiária.

A esfera municipal possui, assim, grande responsabilidade na leitura dos espaços urbanos e na constituição de uma lógica de intervenção urbana que deverá extrapolar os limites comuns trabalhados pelo planejamento urbano, além de promover um resgate dos valores históricos, por meio da educação patrimonial, a valorização dos bens imateriais e materiais e a consequente requalificação urbana.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. A aparência das coisas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 29, p. 171-197, 2001.
- ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 dez. 2019.
- CARVALHO, David de. *In*: ANUÁRIO DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DE ITAÚNA, 2001, Itaúna. **Anais [...]**. Itaúna: Vile, 2001.
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Trad. Luciano Vieira Machado. **São Paulo**, 1999.
- VARINE-BOHAN, H. A 'Fragmentado. **Museu: Museu do Homem e da Indústria, Le Creusot-Montceau-les-Mines'**, Local, Museu 25.4, p. 242-249, 1973.
- DORNAS FILHO, João. **Itaúna, contribuição para a história do município**. Itaúna: [s. n.]: 1936.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Unesp, 2005
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma e identidade social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão–Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília. Universidade de Brasília, 2002.
- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (Minas Gerais). Comunidade dos Arturos – 2014. 1 figura. Minas Gerais: IEPHA/MG, 2014. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/patrimonio-cultural-protetido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos->

arturos. Acesso em: 18 out. 2021.

ITAÚNA EM DÉCADAS. Missa Campal após demolição da antiga Igreja do Rosário. Itaúna: Itaúna em Décadas, 2012. Disponível em: <https://itaunaemdecadas.blogspot.com/>. Acesso em: 18 out. 2021.

ITAÚNA (Município). **Arquivo Público Municipal de Itaúna**. 4 imagens. Itaúna: Arquivo Público Municipal de Itaúna, 1920, 1948, 2015, 201-?.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo. 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Local: Minnesota Press, 2003.

LEFEBVRE, Henri; KOFMAN, Eleonore; LEBAS, Elizabeth. **Escritos sobre cidades**. Oxford: Blackwell, 1996.

MUSEU MUNICIPAL DE ITAÚNA. **Acervo do Museu Municipal de Itaúna**. Itaúna: Museu Municipal de Itaúna, 1920, 1988.

NOGUEIRA, Guaracy de Castro. **Itaúna em Detalhes**: Enciclopédia ilustrada de pesquisa. Itaúna: Jornal Folha do Povo, 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Saga**: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PARÓQUIA DE SANTANA. **Acervo Paróquia de Santana**. Itaúna: Paróquia de Santana, 1934, 1935, 1938, 1960.

SANTÍSSIMA TRINDADE, D. F. J. DA. Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/IEPHA, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, Vol. 8, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 156.